

Demandas sociais e práticas políticas no Brasil contemporâneo

Roberto Mendes Ramos Pereira

Universidade Estadual de Montes Claros
Montes Claros – Minas Gerais – Brasil
historia.rmendes@yahoo.com.br

Resumo: O texto trata da fluidez entre as demandas sociais existentes no Brasil dos tempos atuais e as soluções forjadas pela sociedade para solucioná-las. Apontando para um clima de mal-estar e de insegurança social na contemporaneidade, refletimos sobre uma face da cultura política brasileira, mostrando a força das relações clientelistas no conjunto de práticas políticas no meio social. Pelas abordagens nota-se um desafio bastante latente nesta conjuntura, o de construir uma cultura política fundada no bem comum e numa focalização naquilo que afeta a coletividade como um todo.

Palavras-chave: Brasil contemporâneo. Demandas sociais. Práticas políticas.

Introdução

Numa conjuntura de carência social nas suas mais diversas formas, como reflete a realidade brasileira, a maioria das pessoas parece vivenciar as questões políticas e de ordem pública submetidas às pressões oriundas das dificuldades da própria sobrevivência individual. Uma situação popular que envolve uma deficiência na escolarização e qualificação da população, concorrência e dificuldades no alcance de postos de trabalho, uma urbanização crescente que evidencia os mais diferentes problemas associados à infraestrutura urbana, violência, entre outros fatores, tudo isso aponta para uma otimização das necessidades populares e de buscas de soluções para seus problemas. A concepção de mundo que parece se configurar entre essas pessoas é, então, uma só: a da necessidade, da falta, da carência.

Quando nos referimos aos problemas ou demandas sociais, estamos tratando das necessidades que emergem no dia-a-dia das pessoas, principalmente as das classes mais pobres, isto é, estamos tratando de problemas como a fome, a falta de emprego, as dificuldades na área da saúde etc.

A partir dessa situação surgem algumas questões importantes a serem discutidas: já que o problema são as demandas sociais, quais as formas de postura política que se mostram hegemônicas na resolução dos problemas sociais emergentes? Podemos falar na existência de uma cultura política predominante entre as pessoas nesta busca da satisfação de suas demandas? Quais os fenômenos político-sociais de maior destaque nesta conjuntura?

Para que tenhamos clareza sobre as possíveis interpretações sobre estes questionamentos, além de entender aspectos do político na atualidade, optamos em arriscar numa identificação das formas ideal e real da política, para que, deste modo, consigamos traduzir as próprias representações sociais engendradas na prática política, pois para nós há uma distância entre o que a política deveria ser e o que ela realmente é na vida das pessoas.

A presente análise tem como objetivo central abordar questões relativas às práticas sociais predominantes na solução dos problemas individuais e sociais. Com o pressuposto de que a realidade social expressa pobreza, carência, desigualdade social, entre outros fenômenos, trabalhamos com a hipótese de que a escolha que tem sido tomada de forma geral, mostrando uma tendência ou uma cultura gestada na prática social, é a da negação ou da indiferença à luta, ao engajamento, à participação comunitária, seja essa escolha consciente ou mesmo a simples expressão de uma mentalidade incorporada por cada indivíduo oriunda do corpo social. Nesta direção, busca-se a alternativa de soluções particulares, individuais e paliativas, que não deixam de ser, no entanto, de caráter político.

Para tentar esclarecer o alcance das questões acima mencionadas, fizemos a escolha metodológica de dividir as discussões em dois blocos: o primeiro tratando teoricamente o ideal de política, destacando aspectos importantes como a participação, a democracia e a representação política e na segunda parte, refletindo em torno de concepções de diversos autores sobre a realidade que se percebe neste campo e principalmente sobre as práticas e representações populares na vivência política, apontando, assim, para o abismo existente entre teoria e prática na esfera do político.

Participação, democracia e representação política

Buscar entender o comportamento social e político das pessoas na atualidade é, talvez, um dos caminhos possíveis para repensar os próprios rumos da política. Se por um lado a história enquanto ciência não tem como missão a previsão do que vai ocorrer no futuro, por outro, a partir de suas análises fundadas no que ocorreu no passado e num entendimento do presente, ela pode apontar para possibilidades de uma sociedade a que aspiramos. Sob essa perspectiva, buscamos entender como se configura o comportamento social na solução dos seus problemas e os alcances que ele tem na realidade de cada pessoa.

Antes de teorizarmos sobre as diferenças entre o mundo ideal e o real no que se refere ao comportamento social no campo político, é interessante perceber este campo como um espaço pelo qual perpassam outras áreas e olhares das ciências sociais, sendo a interdisciplinaridade um pressuposto e a palavra de ordem para nossas análises que entrecruzam as ciências sociais (GOMES, 1996, p. 01). Não é possível, portanto, falar do comportamento político das pessoas sem que tenhamos em mente quadros econômicos, sociais e ideológicos, além de categorias de outras áreas, seja a antropologia, a sociologia, a economia, entre outras.

É importante perceber essa característica do campo político, pois com ela, esquivamo-nos dos determinismos políticos tão arraigados tanto na história política tradicional como noutras vertentes ortodoxas. Mais do que isso: notando que “há no político mais do que o político” (REMOND, 1996, p. 36), temos neste espaço um campo bastante rico de possibilidades e variáveis capazes de tornarem claras as razões e motivações sociais para a escolha de suas práticas políticas.

Quando nos referimos às demandas sociais e nas possibilidades de saná-las de uma forma participativa, pressupomos a existência de condições que possibilitem tal participação, que favoreça, de certo modo, um ambiente que otimize o engajamento social com vistas em soluções reais para problemas reais vividos cotidianamente. Partimos, então, da premissa de que na maioria das vezes essas condições não existem, e quando existem são objetos da negligência de cada um no campo social, já que nem sempre saber o que deve ser feito é garantia de que haverá uma ação condizente por parte das pessoas.

No tratamento da participação política vista sob o foco do que ela deveria ser, não é nossa intenção nos remetermos à antiga democracia grega, dadas as falhas e imperfeições que ela continha, excluindo, por exemplo, escravos e mulheres das decisões políticas. Preferimos nos apegar a alguns autores com leituras diversas, amplas e ricas sobre os elementos que permeiam e explicam a participação política na sociedade contemporânea.

Um dos principais expoentes nessa discussão é a filósofa Hannah Arendt (1999, p. 21) que, nos escritos sobre *O que é política?*, aponta para alguns aspectos essenciais que devem se fazer presente na prática política. Para ela, a política fundamenta-se na **pluralidade** dos homens e, por isso, trata da convivência entre diferentes. Dessa concepção percebemos uma das grandes lacunas da democracia ateniense que, excluindo muitos sujeitos sociais, acabava por conformar-se num regime entre iguais, onde o conflito e a luta por direitos através do enfrentamento eram minados.

Dessa forma, pensar numa sociedade repleta de problemas que, através das diversas demandas particulares ou sociais expressa as mazelas de um sistema, pressupõe abrir a discussão buscando identificar caminhos possíveis para solucioná-los. O ponto central aqui é entender que é preciso haver um terreno fértil para que a participação política seja cultivada, abrindo possibilidades de solução. Dessa forma, ao lado das desigualdades sociais vistas como um grave problema a ser enfrentado, há ainda a necessidade de condições para se conseguir contornar tais desigualdades.

Assim, quando se exclui a possibilidade do enfrentamento na busca de soluções, anulando-se o diferente ou a figura do contestador, através de censuras ou da negação das oposições, ou por outro lado, quando se naturaliza as diferenças sociais, com um discurso no qual a existência de ricos e pobres, dominados e dominadores, como algo natural e dado, sendo impossível transformar essa realidade, em ambas as possibilidades pensamos que não há como implementar uma cultura de participação e de engajamento social no campo político. Acreditamos que esses dois extremos tiram a própria essência da política, que é o enfrentamento e o conflito das relações entre diferentes, citados por Hannah Arendt (1999).

Nessa pluralidade que tem a diferença como fundamento e pressuposto para a participação na esfera política, outro pilar que se mostra como essencial é o da **liberdade**. Sem ela, não há como referir-nos a um engajamento legítimo e democrático na busca de soluções para os mais diversos problemas sociais. É por isso que Hannah Arendt (1999, p. 38) é incisiva quando diz que “o sentido da política é a liberdade”. Mas não uma liberdade qualquer. É uma liberdade que está além das necessidades materiais, pois, segundo a autora, a política só começa quando cessam essas necessidades (ARENDT, 1999, p. 50).

No entanto, se seguirmos esse pensamento de Hannah Arendt, vislumbramos um paradoxo nas nossas próprias colocações, quando nos remetemos às pessoas como possuidoras de demandas e necessidades e, ao mesmo tempo, se engajando politicamente.

Ora, mas a política não pressupõe não estar pressionado por necessidades? Segundo ela, sim. Mas pensamos que, mesmo para as pessoas mais carentes, que veem a vida pelo ângulo da necessidade, a prática política é possível se lhe garantirem a prerrogativa da liberdade. A necessidade, assim, é vista não como um empecilho, mas como uma motivação a mais para a busca de soluções.

Por outro lado, é preciso notar que para essas pessoas que respiram um universo de necessidades, o que pode ocorrer é uma falta de recursos para se “jogar o jogo” de forma democrática, livre e autônoma, ainda mais com o fenômeno da individualização dos interesses presente na atualidade. Sobre esse segundo aspecto, trataremos mais adiante, mas queremos deixar claro que, para nós, as demandas sociais, não sendo da esfera do que há de mais básico para se viver, não tiram a liberdade das pessoas, pedra angular de uma ação autônoma no campo político.

Acreditamos, assim, que essa liberdade se mostra como pressuposto para a participação política, pois ela antecede uma sociedade democrática na qual se tem como garantia o próprio direito de luta e de embates na solução dos problemas sociais. Referimo-nos a uma democracia construída, fundada na legitimidade e na aceitação das relações entre diferentes e não uma democracia dada, pronta ou “exportada” (PARGA, 2004, p. 54) de outros países, sem fundamentos capazes de torná-la duradoura, autônoma e legítima.

Mas para se ter esse espaço para a participação política, para se ter uma democracia que possibilite de forma real a cidadania daqueles que buscam resolver seus problemas, com liberdade e respeito às diferenças, Parga (2004, p. 49) ainda cita que é preciso algo mais. Segundo ele, a **igualdade social** é um dos elementos mais importantes para uma sociedade democrática: “Não se pode constituir uma democracia numa sociedade dominada por desigualdades”. Essa concepção do autor nos remete novamente para a questão do paradoxo existente entre a participação política e as necessidades e demandas sociais: é possível se engajar politicamente “com a barriga vazia e com dificuldades das mais variadas formas”? Essa talvez seja uma das questões mais polêmicas sobre esse assunto da participação política. Acreditamos, porém, que não existe nenhum determinismo para que haja uma relação direta entre estar livre de necessidades e o engajamento político. Pelo contrário, acreditamos que é na vivência das necessidades que o homem se torna mais político, mesmo que suas estratégias não sejam a luta, o embate, o conflito social. Mas buscar recursos para sanar suas carências, isso ele jamais deixa de fazer, mesmo que o faça na esfera pessoal, como veremos mais adiante.

A partir das ideias de Parga (2004), questionamo-nos: a igualdade social é um pressuposto para uma sociedade democrática ou é um objetivo desta? Apesar de perceber

que neste sistema capitalista em que vivemos nunca essa igualdade social ocorreu e que nem sempre democracia foi sinônimo de igualdade na esfera social, acreditamos que ambas devem caminhar unidas, já que uma perpassa no universo da outra. Assim, respondendo à questão acima, vemos que a igualdade social é tanto um pressuposto como um objetivo de uma sociedade democrática.

Um grande problema nessa relação entre democracia e igualdade social é a forma liberal que a democracia tem tomado na contemporaneidade, estando à serviço de uma lógica individualista e pautada em interesses particulares, ou seja, parece que a democracia, tão legítima na maioria dos países, tem se mostrado como uma roupagem ideológica de defesa da igualdade e da liberdade de cada um que serviu como a vestimenta principal de um sistema pernicioso e excludente como é este capitalismo. Sob a lógica capitalista, na corrida pela sobrevivência e pela solução das demandas cotidianas, o que se percebe claramente entre as pessoas é um intenso “individualismo negativo” (FITOUSSI, 2003, p. 37), que faz, por um lado, as diferenças socioeconômicas aumentarem entre os indivíduos e, por outro, vem minando as lutas e conquistas comunitárias.

É claro que a realidade é mais complexa e que existem outros elementos incluídos em seu interior, como é o caso da fraqueza das instituições, que minimiza a cidadania e as conquistas sociais, mas notamos que tal realidade se mostra enquadrada na lógica de uma sociedade desigual, sendo, por isso, ao menos teoricamente, um campo propício para os embates políticos na busca de uma sociedade mais igualitária, já que a igualdade desejada parece ser mesmo uma utopia. Desta forma, percebemos que as visões de Hannah Arendt (1999) e de J. Sanchés Parga (2004) não se excluem, mas se complementam, uma vez que a igualdade social proposta por este para uma sociedade democrática e cidadã é, podemos dizer assim, o grande objetivo de pessoas diferentes e plurais nos seus embates políticos, vislumbradas pela autora.

O avesso da política

Identificando a pluralidade, a diferença e a liberdade como fundamentos para uma vivência real da política na busca de soluções para as demandas sociais, busquemos agora

entender como esses elementos aparecem nas práticas sociais e políticas hegemônicas entre as pessoas na realidade.

Para uma maior clareza das colocações sobre esta segunda parte em que abordaremos a prática política na sociedade atual, optamos por dividir as abordagens em tópicos, apontando para os fenômenos mais perceptíveis do comportamento e da conjuntura política na sociedade brasileira, sendo estes o mal-estar e a insegurança social, a representatividade e as relações clientelistas e, por fim, a crise da cultura política.

Um dos fenômenos mais perceptíveis na sociedade brasileira contemporânea, e talvez até mundial, é uma espécie de mal-estar entre as pessoas quando se refere à realidade política, revelando, de certo modo, uma postura de indiferença ou apatia social silenciosa, porem evidente. Esse sentimento de mal-estar parece levar as pessoas a ter outra sensação, a de insegurança, pois o que se vê é que as referências políticas, os valores, as ideologias, tudo isso tem sido bastante flexibilizado, relativizado.

A vivência de transformações político-econômicas e da lógica capitalista que se impõe como hegemônica parece gerar nas pessoas sentimentos e sensações em relação à própria realidade, induzindo para comportamentos comuns. Os confrontos, os embates e o engajamento sociopolítico já não aparecem como predominantes nas práticas políticas sociais até bem pouco tempo presentes.

É complicado entender tudo isso. A realidade não é tão simples de ser apreendida, já que elementos econômicos e políticos se entrecruzam constantemente com os sociais e culturais, formando um todo complexo onde não dá para identificar a origem ou a razão principal do comportamento nas pessoas. Todas as esferas da vida social das pessoas têm sua importância na explicação das suas posturas e atitudes.

Segundo Norbert Lechner (2004, p. 8) “um traço eminente de nossa época reside na erosão dos mapas cognitivos, desestruturando o campo do possível e turvando as utopias que cristalizam o sentido que atribuímos à democracia”. Quando o autor se refere à erosão dos mapas cognitivos, pensamos ser este um dos grandes problemas vividos na atualidade. Acreditamos que após a derrocada do socialismo e agora, com um sistema econômico perverso e excludente com uma “roupagem” de um discurso democrático, as referências ideológicas na esfera política parecem ter perdido sua credibilidade, dada as transformações sofridas neste processo. Dessa forma, perguntamo-nos: para solucionar os problemas vividos no dia-a-dia, acreditar em quê? Nas saídas capitalistas? Em práticas socialistas que não encontram espaço para ecoar e se fazer valer? Diante desse quadro em que as pessoas parecem viver uma situação de reconstrução ou de reorientação ideológica, o que se nota é

que elas parecem procurar quadros cognitivos para que se sintam mais seguras diante de uma realidade tão confusa, complexa e repleta de problemas sociais.

Diante de uma sociedade cheia de demandas, problemas reais relativos à falta de comida, dinheiro, educação, moradia, emprego, entre outros, o que se nota nas pessoas é uma sensação de desespero e impotência. Pierre Ansart (2002, p. 59) é brilhante no seu diagnóstico da realidade atual, identificando, talvez a causa deste sentimento de mal-estar e de insegurança no espaço social:

O termo “mal-estar” é, portanto, demasiado fraco para evocar a soma das insatisfações, de sentimentos e de frustrações suscitadas por uma sociedade que não cessa de provocar os desejos de consumo, os desejos de poder, os desejos de distinção social, e deles satisfazendo apenas uma ínfima parte. (...) Nossas sociedades pluralistas e de consumo mostram-se mais aptas a desenvolver o indefinido do desejo e a acentuar a intensidade das insatisfações. No interior de tal contradição, os limites, os fracassos tendem a serem experimentados como rejeições, agressões e injustiças.

Dessa forma, o que percebemos é uma realidade com duas faces: de um lado, um emaranhado de necessidades que não são sanadas, e por outro, um sistema que, ao invés de auxiliar as pessoas a satisfazer tais demandas, provoca e constrói mais e mais necessidades e que também não são satisfeitas. O resultado, então, dirige-se apenas para um caminho: o da frustração, do mal-estar, da insegurança.

Isso quer dizer que as pessoas deixaram de acreditar na democracia ou deixaram de lutar para solucionar seus problemas? Sobre essas duas possibilidades, acreditamos que não. A democracia, mesmo com seus vícios e falhas, nas formas atuais em que é colocada, tem legitimidade entre as pessoas, se comparada a regimes autoritários, monárquicos ou oligárquicos. O problema, como já vimos, não é a democracia, mas um sistema econômico que se “vestiu” com a roupa da democracia, mas que não oferece possibilidades para que esta seja vivida de um modo mais profundo, com igualdade social, direitos respeitados, etc. Por outro lado, sobre o questionamento se as pessoas deixaram de lutar para resolver seus problemas, o que vemos é uma mudança de suas estratégias para alcançar tais soluções, uma vez que o que se percebe é que todo esse mal-estar expressa uma reação contra as formas atuais de fazer política (LECHNER, 2002, p. 15), colocando essas formas em descrédito e sempre como objetos da desconfiança popular.

O futuro, assim, seja para o indivíduo seja para a sociedade como um todo, parece ser cada vez mais incerto, já que o próprio presente é permeado de inseguranças. A partir

das colocações de Fitoussi & Rosanvallon (2003) sobre a “Nova Era das Desigualdades”, vemos que esses fenômenos não são característicos apenas da realidade brasileira. Eles apontam que as pessoas, especificamente os trabalhadores, mesmo no contexto dos países de primeiro mundo, vivem hoje num imaginário de fragilidade, sendo o discurso político incapaz de propiciar-lhes confiança e estabilidade (FITOUSSI & ROSANVALLON, 2003, p. 33). Essa sensação é bastante compreensível, dada a instabilidade dos empregos, postos de trabalho e toda concorrência incitada por esse modelo capitalista que se impõe na vida das pessoas.

Esses autores ressaltam que o mal-estar vivido pelas sociedades contemporâneas remete aos efeitos destrutivos do individualismo moderno (FITOUSSI & ROSANVALLON, 2003, p. 36). Ou seja, a maioria das pessoas parecem estar perdidas por falta de utopias, de “mapas ideológicos” (LECHNER, 2004, p. 17) que se mostrem como referências, e ainda porque vivem num ambiente em que o outro é visto sempre como uma ameaça, um concorrente real ou potencial na conquista de soluções para seus problemas particulares.

Verificando a validade do lema da Revolução Francesa, que abre um novo ciclo da História da Humanidade, podemos considerar que entre “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, a que mais se mantém viva até hoje é a liberdade. Talvez isso ocorra por dois motivos: pelo fato de ser uma pedra fundamental na estrutura do sistema liberal que se impõe sobre as sociedades ocidentais, sendo inerente à própria lógica de tal sistema, e também pelo fato de que a igualdade e a fraternidade terem sido paulatinamente corrompidas pelo individualismo que praticamente se institucionalizou entre as pessoas.

O alcance dessa situação de mal-estar e inseguranças sociais é bastante amplo na vida das pessoas, pois influi nas suas relações sociais e práticas políticas construídas diariamente.

Se a participação política pautada no embate e nas lutas entre diferentes seria um caminho de conquistas para soluções de demandas sociais, o que vemos por parte das pessoas não tem sido isso. Pelo contrário, o que se percebe claramente é um rearranjo de posicionamentos na sociedade, fazendo com que o papel do cidadão dê lugar ao papel de cliente, enquadrando o mundo político na lógica do sistema capitalista. Além desta, outra situação vista com clareza é a da crise da cultura política e dos interesses públicos. Tanto uma realidade quanto a outra será o foco de nossa atenção a partir de agora.

Fragilidade das instituições e mal-estar da coletividade

O mal-estar, as inseguranças, as desconfianças e indiferenças vivenciadas socialmente na conjuntura brasileira parecem refletir decisivamente nas práticas políticas da maioria das pessoas nos dias de hoje. Vemos, neste sentido, três aspectos importantes e que podem clarear as opções políticas delas na resolução de suas necessidades. Um é a fragilidade das instituições, que reforçam ainda mais o sentimento de insegurança no espaço político. Outro, ligado a este primeiro, é o que se refere à representatividade dos políticos em relação aos seus representados, e um terceiro aspecto é o da transformação do papel de cidadão num outro totalmente pautado em relações clientelistas, sendo este ponto central para compreender a cultura política que tem se instalado socialmente.

Em primeiro lugar, é importante perceber que as instituições, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, parecem levar o rótulo da fragilidade na missão de oferecer condições para toda população para que usufrua de direitos fundamentais para sanar suas necessidades.

Essa fragilidade das instituições nos moldes dessa democracia que se tem no Brasil talvez seja tão duradoura devido ao fato de elas não terem sido, em sua maioria, resultados de conquistas populares, mas pensadas e modeladas por uma elite. Se pensarmos na História do Brasil como um todo, podemos visualizar desde o período colonial até os dias de hoje que a maior parte das transformações sociais não foi configurada com o toque da participação popular. Pelo contrário, foram mudanças que só ocorreram através da imposição dos interesses de oligarquias e grupos da elite que fizeram valer suas prioridades. Tanto na Independência do Brasil, como na Proclamação da República e nos golpes de 1930 e 1964, ao que parece, a participação popular se mostrou como elemento não consensual e controverso. Além do mais, a própria democracia, como vimos com Parga (2004), foi algo importado dos Estados Unidos, sendo sua dinâmica e funcionamento “condicionados” por eles.

Num contexto de fragilidade institucional, o que mais se vê são leis que não são cumpridas, direitos que não são respeitados, morosidade por parte dos poderes judiciário e legislativo, entre outros fenômenos. Encontramos, assim, mais alguns elementos capazes de justificar a insatisfação, mal-estar e inseguranças vivenciados pelas pessoas em sociedade. Como vislumbrar possibilidades de cidadania neste contexto de falhas e lacunas nas instituições? Pensamos que seja por isso que O'Donnell, citado por Lechner (2004, p. 8), diz

com todas as letras que “as democracias latino-americanas costumam se caracterizar por uma frágil institucionalidade, incapaz de orientar o exercício conflituoso da cidadania”.

Dentro das possibilidades da prática política, o que resta então? A letargia, caminho que não vai resolver os problemas sociais, ou ainda, a obrigatoriedade de participar das práticas “legais” e institucionalizadas no campo político. Como “jogar esse jogo”, já que o que se sente é um emaranhado de sentimentos de insegurança e desconfiança? O que queremos colocar em questão aqui é como se configura a postura das pessoas neste espaço político, principalmente no que se refere à relação entre os chamados “políticos profissionais”, que deveriam ajudá-las a resolverem suas demandas, e elas próprias, indivíduos com necessidades das mais variadas formas.

Classificamos essa relação como um jogo pois o que há são interesses em conflito, que não se excluem, pois são interdependentes. E aí é que se configura algo característico da prática política atual: “A decisão política já não representa um ato de autoridade que solicita obediência, e sim um acordo negociado, fundado em benefícios mútuos” (LECHNER, 2004, p. 10). Ora, esse acordo, em face da fraqueza das instituições, acaba por se legitimar nas práticas e representações políticas da maioria das pessoas, uma vez que tanto representantes como representados acreditam que os dois lados ganham com esses acordos.

Essa situação aponta para o terceiro aspecto das práticas políticas adotadas, conscientemente ou não, por parte da maioria das pessoas, que é a transformação da relação entre representante e representado numa relação entre clientes. Bourdieu (1989, p. 177), assim, mostra que daí depende o capital político dos representantes, uma vez que,

eles servem os interesses dos seus clientes na medida em que (e só nessa medida) se servem também de servi-los, quer dizer, de modo tanto mais exato quanto mais exata é a coincidência da sua posição na estrutura do campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social.

Talvez seja esta uma das mais perniciosas práticas que tira da democracia seu sentido mais nobre, que é o de ser um regime que beneficie a todos, e não a um grupo ou uma pessoa em particular. Práticas como essas, ao invés de proporcionar a igualdade social, fazem o contrário, acirram as diferenças econômicas em favor de alguns, deixando a maioria sem meios legítimos e legais para se promoverem socialmente. Neste sentido, concordamos com Parga (2004, p. 51), quando diz que “uma democracia poderia suportar um certo grau de desigualdade e de iniquidade, o que não deveria poder suportar é um agravamento das desigualdades”, o que, com certeza, esses acordos entre os políticos profissionais e seus “clientes” favorecem.

O grande problema existe quando essa mentalidade passa a se institucionalizar nas práticas cotidianas e na vivência no campo político, pois isso ocorrendo agravam-se os problemas sociais e as saídas comunitárias ou coletivas para a solução das demandas sociais acabam sendo deixadas de lado, uma vez que posturas de ordem particular passam a ser hegemônicas entre as pessoas, dentro de uma lógica liberal capitalista.

Quando o estado reconhece a prioridade e superioridade das leis do mercado sobre as leis da polis, o cidadão transforma-se em consumidor – e o consumidor “demanda mais e mais proteção, enquanto aceita cada vez menos a necessidade de participar” no governo do Estado. O resultado global são as atuais “condições fluidas de anomia generalizada e rejeição das normas” em todas as suas versões. Aumenta, em vez de diminuir, a distância entre o ideal de democracia liberal e sua versão real, de fato existente (BAUMAN, 2000, p. 159).

Diante dessa realidade, em que se configuram a fragilidade das instituições, os desvios de uma real representação dos políticos em relação aos representados e ainda com a figura do cidadão tomando a forma de cliente ou consumidor dos atores políticos tidos como “profissionais”, apontamos para uma forma predominante ou hegemônica de se pensar a política, expressando uma tendência cultural, historicamente construída, de se posicionar politicamente na sociedade contemporânea. Este é o centro da discussão no último bloco deste ensaio.

Profissionalização do político e crise do sentido público

Quando nos referimos a uma crise da cultura política, estamos tratando de uma política nos moldes ideais, fundamentada na busca do bem comum, praticada em torno de interesses estritamente comunitários e públicos. Acreditamos que essa forma de se fazer política, de se pensar a política, está, sim, numa profunda crise em meio à lógica individualista deste sistema que coloca o capital e os interesses particulares como centro e reguladores da vida das pessoas.

Se, historicamente, a valorização do indivíduo foi uma conquista obtida através de muitos embates no ocidente no seu período moderno, sendo, como ressaltam Fitoussi & Rosanvallon (2003, p. 36), uma expressão de emancipação e autonomia desses indivíduos, percebemos que, no mundo contemporâneo, o sistema capitalista se apropriou desse

discurso e o colocou como fundamento essencial para construir sua legitimidade. E conseguiu. Basta ver como os Estados, indivíduos, governos, todos enfim, defendem os valores do indivíduo como intocáveis e sagrados numa sociedade democrática. É um discurso perverso, pois a partir disso os interesses individuais e particulares acabam se sobrepondo aos interesses públicos. Mesmo que na teoria esteja escrito o contrário, ou seja, mesmo que nas leis esteja claro que o bem público deve ser priorizado, na prática ocorre o contrário.

O alcance desse discurso é tão abrangente que a política ou as instituições públicas acabam sendo utilizadas para fins particulares, seja de modo consciente ou não, como algo que se tem como natural e inquestionável, dado o fato de ser culturalmente aceitável e legítimo.

Lechner (2004, p. 12) aponta que esse fenômeno se sustenta por causa da “entronização dos critérios mercantis na política”, nos quais se supervaloriza a racionalidade econômica nas relações sociais e na prática política. Assim, a concorrência e o sucesso individual acabam se tornando o grande objetivo de cada um numa esfera que deveria ter a busca do bem comum como o grande objetivo. Esse é o mesmo diagnóstico que Baquero (2001, p. 98) faz da realidade brasileira, confirmando a partir de pesquisas de opinião que nos últimos anos tem ocorrido “uma fragilização dos laços sociais e a institucionalização do individualismo, com o interesse privado ou individual se sobrepondo aos interesses coletivos”.

Talvez seja esse fenômeno de enfraquecimento dos laços sociais que mais explique a centralidade dos interesses privados na prática política na sociedade atual. Tanto Bauman (2000, p. 162), que afirma a existência de um novo tipo de homem na sociedade atual, os homens modulados¹, que constituem uma sociedade marcada por laços não rígidos ou como ele diz, laços *ad hoc*, quanto Fitoussi & Rosanvallon (2003, p. 42), comprovando a existência de uma crise no sentimento de pertença por parte das pessoas em relação a um grupo, e ainda Chesneaux (1995, p. 138-139), apontando para a configuração de uma sociedade pulverizada em que cidadãos com um sentimento de não pertencimento indicam para uma profunda crise da própria cidadania, todos esses autores ressaltam de modo uníssono que há sim um desvencilhamento de uma ordem política que tenha o bem comum como o sentido da prática social dos indivíduos.

¹ Bauman utiliza o termo “homem modulado”, a partir de uma metáfora usada por Ernest Gellner, relacionando móveis modulados da indústria moveleira, que são compartimentados e, assim, podendo ser aumentados ou diminuídos, com o homem da sociedade atual, que podem participar de uma, duas ou mais formas de associação, se ligando a todas e a nenhuma de forma rígida.

Diante dessa realidade, que cultura política está no nosso horizonte? Como resolver as demandas sociais, cada vez mais vistas pelo prisma do indivíduo? Se esse não é o diagnóstico final de uma realidade complexa, ao menos podemos considerar para evidências claras da existência de uma cultura política privatizada, em que as soluções são resolvidas no âmbito das relações entre particulares, entre clientes de um grande mercado de interesses, que são resolvidas à base da troca, compra e venda.

Assim, concordamos com Baquero (2001, p. 103) quando ressalta que estamos longe de construir uma cultura política realmente participativa, democrática e centrada no bem comum. O que temos, segundo ele, é a materialização de uma cultura política fragmentada e individualista, com pouco capital social.

Num resumo de toda essa situação vivida pelas pessoas nas esferas política e social, Bauman (2003, p. 48), em sua obra *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, parece encontrar as palavras certas para explicar o que vem ocorrendo na sociedade contemporânea em busca de soluções para suas demandas e necessidades que se multiplicam diariamente:

O tipo de incerteza, de obscuros medos e premonições em relação ao futuro que assombram os homens e mulheres no ambiente fluido e em perpétua transformação em que as regras do jogo mudam no meio da partida sem qualquer aviso ou padrão legível, não une os sofredores: antes os divide e os separa. As dores que causam aos indivíduos não se somam, não se acumulam nem condensam numa espécie de “causa comum” que possa ser adorada de maneira mais eficaz unindo as forças e agindo em uníssono. A decadência da comunidade nesse sentido se perpetua; uma vez instalada, há cada vez menos estímulos para deter a desintegração dos laços humanos e para procurar meios de unir de novo o que foi rompido. A sina de indivíduos que lutam em solidão pode ser dolorosa e pouco atraente, mas firmes compromissos a atuar em conjunto parecem prometer mais perdas do que ganhos.

Dessa forma, não há como não pensar que num tempo e num país em que as certezas sobre os rumos da economia, da política e dos caminhos tomados pela sociedade parecem ser tão vazias de sentido, fluidas e que se esvaem no vento de forma fácil e rotineira, parece ainda existir um hiato entre as mazelas vivenciadas por tal sociedade e sua disposição em resolver coletivamente os problemas que são de todos, pois o que se nota é uma mescla de indignação, pouca mobilização, com uma pitada de individualismo e apatia.

Considerações Finais

A partir das interpretações filosóficas, sociológicas e de caráter histórico sobre a realidade social e política nos dias atuais, podemos perceber que há um descompasso entre o que se vive e se vê na realidade e o que se tem como desejável em relação às práticas e representações em torno do político. Esse primeiro diagnóstico sobre a sociedade é, em nosso olhar, um primeiro passo para que possamos vislumbrar, a partir da interlocução com outras áreas, saídas possíveis para um quadro social bastante preocupante.

Se por um lado, a legitimação de ações privadas na solução das demandas sociais vem gerando uma institucionalização silenciosa das práticas políticas dos indivíduos, e por outro, se a fragilidade das instituições otimiza uma fragilidade da cidadania no corpo social, o ambiente que se configura é, como vimos, o de um sentimento geral de mal-estar e inseguranças sociais que deixam todos e cada um sem referenciais para uma ação realmente pautada na busca do bem comum. A sociedade como um todo, ou mesmo a comunidade, parecem ter perdido seu valor ou seu sentido nas representações de cada pessoa que age no campo sociopolítico. Ou melhor, não perderam, mas ganharam outro sentido, já que são buscadas apenas se o objetivo é alcançar benefícios próprios ou quando os interesses privados estão em jogo.

Em face de uma realidade em evidência, pensamos que o desafio de se pensar possibilidades para a construção de uma cultura política nos moldes de como ela deveria ser, fundada no bem comum, este desafio está posto. A realidade é complexa e sua transformação não depende apenas de nós, intelectuais que buscam interpretar a realidade. Depende muito mais de uma consonância entre representações e práticas políticas dos sujeitos que têm em suas demandas bons motivos para se construir uma realidade diferente.

A existência dos diferentes, dos desiguais na esfera social, vista como condição para uma cidadania realmente construída e, por isso, mais sólida, talvez pudesse ser um ponto de partida para pensarmos numa sociedade que realmente desejamos. Acreditar em saídas particulares para supressão das demandas cotidianas parece não ser a saída mais correta e duradoura. Pelo contrário, parece apontar para um futuro que nos remete a um retrocesso mortal do estado de natureza, tão falado por pensadores de outros tempos. Diante de tais diagnósticos, indagações e suposições, fica uma pergunta: que caminho tomar para que não desvirtuemos o próprio sentido da política?

SOCIAL DEMANDS AND POLITICAL PRACTICES IN CONTEMPORARY BRAZIL

Abstract: The text deals with the fluidity between the existing social demands in Brazil of the times and forged solutions for society to address them. Pointing to a climate of malaise and social insecurity in contemporary society, we reflect on a face of the Brazilian political culture, showing the strength of the clientelist relations in the set of political practices in the social environment. The approaches we note a fairly latent challenge at this juncture, to build a political culture founded on the common good and a focus on what affects the community as a whole.

Keywords: Contemporary Brazil. Social demands. Political practices.

Referências

ANSART, Pierre. Mal-estar ou fim dos amores políticos? *Revista História & Perspectivas*. Uberlândia – MG, UFU – Programa de Pós-graduação e cursos de graduação em história. N.25 e 26, pp.55-80, jul. /dez, 2001, jan. /jul., 2002.

ARENDT, Hannah. O que é política? 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BAQUERO, Marcelo. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, v.15, n.4, pp.98-104, out/dez, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. Em busca da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand/DIFEL, 1989.

CHESNEAUX, Jean. Modernidade-Mundo. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre. La nueva era de las desigualdades. Buenos Aires: Manatíal, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. *Revista Estudos Históricos*, n.17, pp.1-33, 1996.

LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. *Revista Lua Nova*. São Paulo, n.62, pp.5-20, 2004.

PARGA, J. Sánchez. ¿Por qué se deslegitima la democracia? El desorden democrático. *Revista Ecuador Debate*. Quito-Ecuador: CAAP, pp.41-82, agosto de 2004.

REMOND, René. Uma História Presente. In: ____ (org.) Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, pp.13-36, 1996.

SOBRE O AUTOR

Roberto Mendes Ramos Pereira é doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); docente do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

Recebido em 02/08/2015

Aceito em 20/10/2015